

O começo do fim da faxina

■ **DEPUTADO JOÃO ALVES (sem partido-BA)** — O cabeça da máfia do Orçamento é acusado por todas as subcomissões. Utilizou tráfico de influência para incluir suas emendas antes da votação do Orçamento no Congresso; desviou recursos das subvenções sociais; utilizou "laranjas" para fugir do Imposto de Renda, como depósitos na conta de empregadas e funcionários; desviou recursos orçamentários para fazer sua campanha, comprando prefeitos e vereadores no interior da Bahia. Suas declarações de renda também são incompatíveis com o patrimônio que montou.

■ **DEPUTADO IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS)** — Está implicado nas subcomissões de patrimônio e de bancos. Ibsen não conseguiu explicar a origem dos recursos que utilizou na primeira parcela da compra de um apartamento em Porto Alegre (RS): US\$ 126 mil, em 19 de novembro de 1990. O apartamento também só aparece na declaração do deputado em 1991. Outro problema é a caminhonete que teria vendido ao deputado Genebaldo Correia, em 1989, e depois desfeito o negócio. Ibsen também não apresentou qualquer prova de que tenha devolvido os recursos que Genebaldo teria pago pelo veículo.

■ **DEPUTADO MANOEL MOREIRA (PMDB-SP)** — Está implicado acusações de três subcomissões: emendas, patrimônio e bancos. Sua declaração de renda não apresenta rendimentos que justifiquem o patrimônio e os créditos bancários de US\$ 2,4 milhões. Na véspera de seu depoimento à CPI, tentou retificar suas declarações de renda, alegando ter obtido empréstimos com amigos. Um deles foi José Orlando Paravela, seu sócio nas empresas. Moreira não declarou à Receita Federal diversos imóveis, entre eles um flat no Kubitschek Plaza, em Brasília, suas fazendas no interior de São Paulo e um terreno no balneário de Iguape (SP).

■ **DEPUTADO PAES LANDIM (PFL-PI)** — Aparece implicado na subcomissão de emendas. Nas subcomissões de patrimônio e de bancos, as informações mostram que ele não obteve legalmente rendimentos que justificassem os US\$ 1,7 milhão de créditos bancários em sua conta corrente. Em sua declaração de rendimentos não está relacionado qualquer patrimônio.

■ **DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIBEIRO (PMDB-MG)** — Está implicado em todas as subcomissões. Apresentou emendas beneficiando empreiteiras e prefeituras que desviaram recursos. Sua movimentação bancária é incompatível com os rendimentos declarados no seu imposto. Também é acusado de sonegação fiscal. Em sua declaração, não consta a Fazenda Flores e Alegre, que ele adquiriu em maio de 1990. Na CPI, ele negou que tivesse a fazenda e foi desmentido por sua própria assinatura no cheque emitido para pagamento do imóvel.

■ **DEPUTADO RICARDO FIÚZA (PFL-PE)** — O ex-ministro da Ação Social e relator-geral do Orçamento de 1992 continua enrolado. Ele não conseguiu explicar à subcomissão de emendas a legalidade da inclusão de 270 propostas no Orçamento de 1992, depois da aprovação do texto fi-



João Alves: não tem escapatória



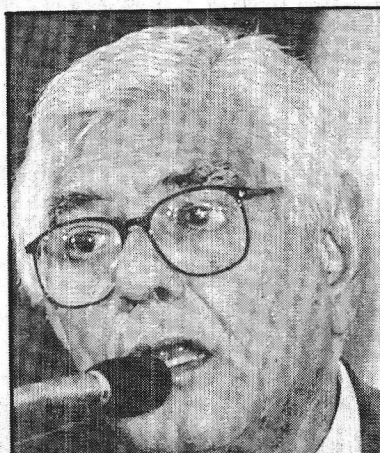
Cid Carvalho: verbas desviadas



Manoel Moreira: riqueza incompatível



José Geraldo: provas incontestáveis



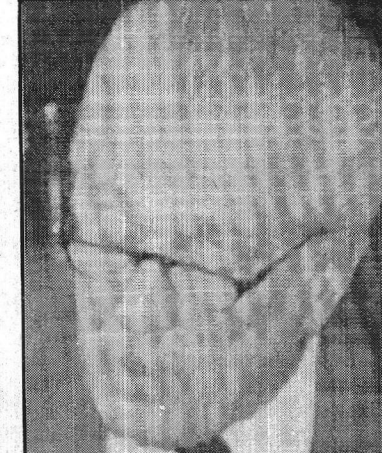
Fábio Raunheitti: milhões desviados



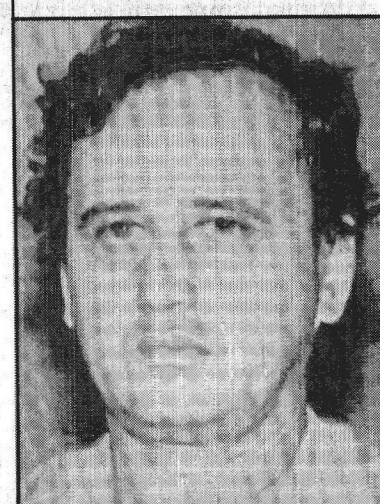
Ibsen Pinheiro: defesa não convenceu



Genebaldo Correia: dinheiro demais



Flúza: dúvidas não foram esclarecidas



Ronaldo Aragão: senador implicado



Paes Landim: conta alta demais



Vasconcelos: patrimônio incompatível



Raquel Cândido: subvenções desviadas

nal em plenário. Quando era ministro, beneficiou a máfia do Orçamento com liberação de recursos para entidades que estavam inadimplentes junto ao ministério. Seu patrimônio está quase todo em nome de suas empresas. Um dos problemas que ele apresenta é a tomada de empréstimos junto a instituições oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

■ **DEPUTADO CID CARVALHO (PMDB-MA)** — Todas as subcomissões têm material que o incriminam nas fraudes do Orçamento. Na subcomissão de bancos, já foi encontrado um cheque da Mendes Júnior depositado em sua conta corrente. Na subcomissão de patrimônio, ficou caracterizado que os créditos bancários de US\$ 2,6 milhões são superiores aos rendimentos que ele declarou à Receita Federal. Os rendimentos declarados também não são suficientes para dar suporte ao patrimônio que ele adquiriu, principalmente em 1991, um ano depois de ter presidido a Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Na subcomissão de subvenções sociais, já ficou caracterizado que as entidades assistenciais que ele apadrinhava desviaram recursos para a conta bancária de seu assessor, Paulo Rodrigues. A subcomissão de emendas mostra que ele enviou recursos para diversos municípios e até mesmo entidades que acabaram na conta do mesmo Paulo Rodrigues.

■ **DEPUTADO GENEBALDO CORREIA (PMDB-BA)** — Citado nas denúncias do economista

José Carlos Alves dos Santos como integrante da máfia de emendas, empreiteiras e subvenções sociais. Não conseguiu explicar o rápido enriquecimento nem a origem dos depósitos feitos para o deputado Ibsen Pinheiro.

■ **SENADOR RONALDO ARAGÃO (PMDB-RO)** — Aparece implicado nas subcomissões de subvenções sociais, bancos e patrimônio. No caso das subvenções sociais, a Fundação JR Aragão não justificou gastos relativos a US\$ 450 mil dos US\$ 673 mil que recebeu em 1991. Em 1992, a instituição comprou quatro ambulâncias da Dinasa, empresa do próprio senador, que até novembro de 1993 não tinham sido entregues. Seus rendimentos também não justificam seus créditos bancários. Em 1991, sua renda bruta declarada no imposto foi de US\$ 416.130,00, enquanto os créditos em sua conta foram US\$ 1.094.993,00. Em 1990, os rendimentos ficaram em US\$ 157 mil, enquanto o crédito bancário foi de US\$ 327 mil.

■ **DEPUTADO FÁBIO RAUNHEITTI (PTB-RJ)** — Está implicado nas subcomissões de bancos, patrimônio, emendas e subvenções. Seu principal problema são mesmo as subvenções sociais. Recebeu US\$ 14 milhões do poder público para suas escolas. Parte a CPI já comprovou que foi parar no mercado financeiro. Em relação ao patrimônio, ele tem dez apartamentos, 20 lotes, sete terrenos, seis prédios, quatro fazendas, 31 casas, uma área rural, uma sala e cinco automóveis — incompatíveis com

os rendimentos declarados. Apresentou emendas beneficiando municípios paranaenses que não aplicaram devidamente os recursos. É acusado ainda de montar uma quadrilha para desviar subvenções sociais no Rio.

■ **DEPUTADO JOSÉ CARLOS VASCONCELOS (PRN-PE)** — Em sua conta há um depósito de US\$ 98 mil que não tem justificativa. Em 1990, não declarou um apartamento em sua declaração. Na elaboração de seu relatório do Fundo Nacional de Desenvolvimento, beneficiou diversas empreiteiras, como a Mendes Júnior, a Andrade Gutierrez, entre outras.

■ **DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA (PPR-PI)** — Seu patrimônio parecia ser compatível com a renda, mas a análise dos documentos revelou que ele também se utilizou de artimanhas para enganar a Receita Federal. Muitos de seus bens adquiridos em 1986 só aparecem na declaração de 1992. Há também 19 posses de terra que não aparecem nas declarações de renda.

■ **DEPUTADO ERALDO TINOCO (PFL-BA)** — Parte dos recursos aplicados na compra de um apartamento não encontra cobertura na sua declaração de renda. É também um dos campeões de emendas no Orçamento, o que se justifica pelos cargos que exerceu. Uma das acusações que pesa contra ele é ter auxiliado Flúza na adulteração do Orçamento de 1992, depois que o texto foi aprovado no plenário do Congresso. O deputado ale-

res das verbas de subvenção social, conseguidas com a ajuda da máfia do Orçamento para as entidades ligadas à Sociedade Barramansense de Ensino Superior (SOBEU).

■ **DEPUTADO FLÁVIO DERZI (PP-MS)** — Citado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como conhecedor do esquema de emendas e subvenções do orçamento. É um homem riquíssimo. Em seu depoimento, não convenceu o relator, Roberto Magalhães.

■ **DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN (PMDB-SP)** — Citado no dossiê da Construtora Norberto Odebrecht com percentual de possível propina do lado do nome. Na avaliação do relator, não se saiu bem no depoimento.

■ **DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)** — Citado no dossiê Odebrecht com percentual de possível propina ao lado do nome. Quando depôs, a subcomissão de bancos não tinha recebido os documentos sobre suas contas bancárias. Ainda deve explicações sobre origem de recursos.

■ **DEPUTADA RAQUEL CÂNDIDO (PTB-RO)** — A subcomissão de subvenção social descobriu o desvio de verbas de subvenção social destinadas à Fundação Eva Cândido, em Porto Velho. A deputada não explicou a origem dos recursos utilizados para a compra de um automóvel importado Mitsubishi.

■ **DEPUTADO SÉRGIO GUERRA (PSB-PE)** — Citado nas denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos como conhecedor do esquema de corrupção das empreiteiras. Comprova o desvio de verbas de várias obras por ele garantidas no Orçamento como relator parcial do DNER. Acusado de ter participado da alteração do Orçamento depois de aprovado. Também não convenceu totalmente o relator Roberto Magalhães.

■ **DEPUTADO ULDURICO PINTO (PSB-BA)** — Citado nas denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos no esquema de desvio de verbas de subvenção social. A subcomissão de bancos descobriu em sua conta bancária um cheque de US\$ 8,5 mil depositado pelo tesoureiro da Prefeitura de Porto Seguro, na qual seu irmão é prefeito.

■ **DEPUTADO JOÃO DE DEUS ANTUNES (PP-RS)** — A CPI descobriu o repasse para sua própria conta bancária do valor integral — US\$ 63 mil — por ele liberado para a Associação Social Evangélica, de Porto Alegre.

■ **DEPUTADO DANIEL SILVA (PP-MA)** — A subcomissão de subvenções descobriu o repasse de parte de verbas de subvenção por ele conseguidas para a Prefeitura de Imperatriz do Maranhão, onde é prefeito seu irmão David Silva.

■ **DEPUTADO PAULO PORTUGAL (PP-RJ)** — A subcomissão de subvenções sociais descobriu desvio de verbas de subvenção patrocinadas pelo deputado.

gou estar viajando aos Estados Unidos no período em que o relatório foi adulterado.

■ **DEPUTADO MESSIAS GÓES (PFL-SE)** — Apresentou pedido de concessão para a rádio Imperatriz de Campos (SE) e em seu depoimento disse que não tinha qualquer participação nela. A subcomissão de patrimônio descobriu que ele tem participação na rádio. Vendeu um apartamento em Aracaju e não apresentou ganhos de capital. Há um terreno de marinha em Aracaju que não foi declarado no Imposto de Renda.

■ **DEPUTADO ÉZIO FERREIRA (PFL-AM)** — A CPI está rastreando diversos cheques administrativos depositados em sua conta corrente. Há suspeitas de que esses cheques foram adquiridos por empreiteiras e repassados para a conta do deputado. Ele deve ser ouvido esta semana na CPI.

■ **DEPUTADO CARLOS BENEVIDES (PMDB-CE)** — Citado nas denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos como integrante do esquema de subvenções sociais e emendas. Deu uma televisão de presente ao ex-assessor do Orçamento. Em um bilhete escrito ao então diretor do DOU, usou o nome do pai, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), para conseguir o descontingenciamento de verbas.

■ **DEPUTADO (suplente) FÉRES NADER (PTB-RJ)** — Acusado de desviar milhões de dóla-

Na página 4, 'Relatório atacará fantasmas, laranjas e subvenções sociais'